

Cidadania fiscal: um estudo de caso da cidadania fiscal como extensão universitária e no currículo escolar por meio do NAF — Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal

Anny Karollyny Paseto

Dafne Amorim Francischetti

Julia Lourenço

Orientador(a) Profa. Ma. Marcia Marisa Corrêa¹



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 [https://doi.org/ 10.32459/2447-8717e372](https://doi.org/10.32459/2447-8717e372)

Recebido: 17-04-2025 | **Aprovado:** 29-04-2025 | **Publicado:** 12-03-2025

Resumo: A Cidadania Fiscal exerce um papel essencial na compreensão do impacto dos tributos no funcionamento do Estado e na formação da consciência tributária. Este trabalho analisa e investiga como a inclusão da Cidadania Fiscal e a extensão universitária no currículo escolar podem fortalecer esse conceito, utilizando o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) como estudo de caso. A pesquisa analisa a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e o NAF, destacando a importância da educação fiscal para o desenvolvimento cívico e a evolução econômico-social. A metodologia adotada é exploratória, descritiva e bibliográfica, abordando estudos de caso e fontes documentais. Os resultados apontam para a necessidade de maior divulgação e incentivo das atividades do NAF dentro das IES, incentivando a conscientização tributária e a cidadania fiscal como elementos essenciais para o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Cidadania Fiscal. Educação Fiscal. Tributação. Núcleo de Apoio Contábil e Financeiro (NAF). Instituição de Ensino Superior (IES).

¹ Doutora em Direito Tributário pela PUC/SP e Professora do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Marília/SP - UNIMAR.

Introdução

A ‘Cidadania Fiscal’ é um conceito fundamental para a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos em relação ao Estado, especialmente no que diz respeito à arrecadação de tributos e ao uso desses recursos. Ela envolve a capacidade do indivíduo de compreender e participar ativamente das questões fiscais, reconhecendo a importância dos impostos para a manutenção dos serviços públicos e o bem-estar coletivo.

Nesse sentido, a ‘Cidadania Fiscal’ se configura como um elemento central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois permite que os cidadãos se tornem mais conscientes do seu papel no processo de financiamento das políticas públicas.

A educação fiscal, por sua vez, tem se consolidado como uma ferramenta essencial para promover a cidadania fiscal, pretendendo, por meio de diversos mecanismos educacionais, conscientizar os indivíduos sobre a relevância da contribuição tributária, além de ensinar-lhes como exercê-la de maneira ética e responsável.

E, por esse contexto, a educação fiscal tem sido implementada tanto em espaços formais de ensino, como nas escolas, quanto em atividades de extensão universitária, como o NAF — Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal.

O NAF, um programa de extensão acadêmica promovido por universidades em parceria com a Receita Federal do Brasil, tem desempenhado um papel crucial na disseminação da educação fiscal, e desta feita, esse programa, para estudantes de cursos como Ciências Contábeis, Direito, Administração e Tecnológico em Gestão Financeira prestam assistência gratuita aos micros e pequenos empreendedores, bem como às pessoas físicas, esclarecendo dúvidas e orientando sobre questões fiscais, tributárias e contábeis e imposto de renda, tanto para as jurídicas como para pessoas físicas.

Tal iniciativa tem sido ‘substancialmente’ significativa no processo da formação de cidadãos fiscais, quando proporciona aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em benefício da sociedade, da sua comunidade, enquanto desenvolvem, ao mesmo tempo, uma compreensão mais profunda sobre o sistema tributário brasileiro.

Como já evidenciado, este estudo propõe uma análise detalhada sobre a ‘Cidadania Fiscal’, com ênfase no papel da extensão universitária e na integração dessa temática no currículo escolar, particularmente por meio do NAF e, sendo assim, a pesquisa elaborada busca examinar como a atuação do NAF contribui para a formação de cidadãos mais

conscientes e participativos no cenário fiscal brasileiro.

Por meio de estudo de caso, será possível verificar as implicações dessa iniciativa tanto no desenvolvimento acadêmico dos estudantes quanto na promoção de uma ‘Cidadania Fiscal’ ativa e engajada.

Portanto, o presente estudo se faz pela crescente importância da educação fiscal nas sociedades contemporâneas, que exigem cidadãos bem-informados e preparados para exercer seus direitos e deveres, especialmente no que tange à relação com o fisco. Além disso, a implementação da cidadania fiscal por meio de programas de extensão universitária, como o NAF, reflete uma aproximação cada vez mais necessária entre o ambiente acadêmico e as demandas sociais, promovendo uma educação que vai além das salas de aula e que impacta diretamente a realidade de micro e pequenos empreendedores.

A análise proposta será organizada em capítulos que abordarão, inicialmente, o conceito de ‘Cidadania Fiscal’ e sua importância para o fortalecimento da democracia.

A partir de então, serão explorados os programas de educação fiscal, com destaque para o NAF, e a forma como este tem sido utilizado como uma ferramenta de ensino e cidadania. Também, serão discutidos os desafios e as oportunidades presentes na implementação da cidadania fiscal, tanto no currículo escolar quanto nas ações de extensão universitária. E, por fim, será apresentada uma análise crítica do impacto do NAF na formação de cidadãos fiscais e no fortalecimento das práticas tributárias no Brasil.

Esse estudo não só visa contribuir para o entendimento da cidadania fiscal no Brasil, como também pretende refletir sobre como as universidades e as escolas podem desempenhar um papel mais ativo na formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação à sua atuação fiscal.

Assim, a pesquisa busca oferecer subsídios para a implementação de políticas públicas que incentivem a educação fiscal em diferentes níveis de ensino, além de valorizar as práticas de extensão universitária como um mecanismo de transformação social.

A ‘Cidadania Fiscal’, como conceito, remonta à ideia de um cidadão plenamente integrado à sociedade, que exerce seus direitos e deveres de maneira informada e responsável; ela, cidadania fiscal, não se restringe apenas à obrigação de pagar tributos, mas envolve também o entendimento sobre a forma como os impostos são aplicados pelo Estado, a respectiva transparência nas finanças públicas e a capacidade de exigir dos governantes a correta utilização dos recursos arrecadados.

Ainda, o conceito de ‘Cidadania Fiscal’ reflete a relação entre o indivíduo e o Estado no contexto da arrecadação de tributos. Em uma sociedade democrática, a cidadania fiscal

implica que os cidadãos compreendam a importância dos tributos para o funcionamento do Estado e da economia, e saibam como cobrar o uso adequado dos recursos públicos.

Desta forma, a educação fiscal surge como um caminho para a formação de cidadãos capazes de compreender e exercer sua cidadania de forma plena, incluindo a fiscalização dos atos administrativos e a exigência de justiça fiscal.

Neste contexto, é importante compreender o papel das instituições educacionais, desde o ensino fundamental e médio até as faculdades e universidades, na formação de cidadãos fiscais.

Urge aqui informar, que as escolas têm sido o espaço primordial na construção da cidadania, e que as IES — Instituições de Ensino Superior, por meio de programas de extensão, desempenham um papel crucial ao promoverem a interação com as comunidades e a sociedade, ao possibilitarem a aplicação dos conhecimentos adquiridos de forma prática.

A ‘Cidadania Fiscal’, portanto, não se limita ao conhecimento teórico sobre tributos: Ela envolve, também, a capacitação para a participação ativa na fiscalização e na exigência de direitos.

A educação fiscal é um componente essencial para a construção da ‘Cidadania Fiscal’, ao buscar o desenvolvimento nos indivíduos da capacidade de compreender os sistemas tributários e fiscais, além de incentivá-los a participar ativamente na gestão pública e na fiscalização dos recursos públicos.

Esta educação fiscal pode ocorrer de diversas formas, incluindo aulas teóricas, atividades práticas, campanhas de conscientização e, especialmente, programas de extensão universitária: Tem sido implementada em diversos níveis, desde a educação básica até o ensino superior, com o objetivo de promover uma maior compreensão sobre a função do sistema tributário e a importância do pagamento de tributos para o financiamento dos serviços públicos.

Por conseguinte, surge o NAF — Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal, que se trata de um programa de extensão universitária, criado em parceria com a Receita Federal do Brasil, o qual tem se consolidado como uma importante ferramenta de educação fiscal, ao promover o ensino prático e a conscientização sobre a importância do cumprimento das obrigações fiscais.

Além disso, o NAF oferece aos estudantes envolvidos no programa a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações reais, o que contribui tanto para sua formação profissional quanto para o desenvolvimento de uma ‘Cidadania Fiscal’ mais ativa. Ao prestar serviços para empreendedores, os estudantes não apenas auxiliam no

cumprimento das obrigações fiscais, mas também contribuem para a disseminação da educação fiscal, tornando-se agentes multiplicadores do conhecimento tributário na sociedade.

A integração da ‘Cidadania Fiscal’ no currículo escolar é um desafio, mas também uma oportunidade de formar cidadãos mais conscientes e participativos. Embora o ensino de temas relacionados à economia, tributação e finanças públicas não seja tradicionalmente abordado de maneira sistemática no currículo escolar, há um crescente movimento para incluir esses temas na educação básica, preparando os alunos para uma atuação mais consciente na sociedade.

A abordagem da ‘Cidadania Fiscal’ nas escolas pode ocorrer de diversas formas, como a inclusão de conteúdos sobre a função dos tributos, a importância da fiscalização dos recursos públicos e o papel dos cidadãos na gestão fiscal. Além disso, atividades práticas, como debates e simulações de processos fiscais, podem ser utilizadas para tornar o aprendizado mais dinâmico e relevante. A parceria com programas como o NAF, oferece a oportunidade de se estabelecer uma estratégia que leve a educação fiscal para o ensino fundamental e médio, como já informado anteriormente, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o sistema tributário de forma prática e aplicada.

Apesar das diversas iniciativas voltadas para a promoção da ‘Cidadania Fiscal’, ainda existem desafios significativos na implementação efetiva desta educação fiscal nos diferentes níveis de ensino; e, dentre os principais desafios, estão a falta de recursos para a capacitação de professores, a resistência de algumas instituições à incorporação de novos conteúdos curriculares e a dificuldade em sensibilizar os estudantes sobre a importância do tema.

Por outro lado, há também muitas oportunidades para a promoção da ‘Cidadania Fiscal’, especialmente por meio da parceria entre as IES e o setor público, ou seja, Programas como o NAF demonstram o potencial da extensão universitária para levar a educação fiscal à comunidade, à sociedade e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

Por tudo até aqui explanado, percebe-se que a ‘Cidadania Fiscal’ é um elemento essencial para a construção de uma sociedade democrática e justa, quando ela desempenha um papel crucial nesse processo, formando cidadãos capazes de compreender a importância do sistema tributário, e de exercer seus direitos e deveres de maneira plena.

Assim, o NAF é uma ferramenta significativa de extensão universitária que contribui para a disseminação da educação fiscal, tanto entre os estudantes quanto na comunidade e na sociedade, uma vez que a integração dessa temática no currículo escolar se apresenta como

uma oportunidade valiosa para fortalecer a cidadania fiscal a partir da educação básica até o nível superior.

Este estudo busca, portanto, refletir sobre as práticas e desafios relacionados à implementação da ‘Cidadania Fiscal’ no Brasil, com ênfase na atuação do NAF e na importância da educação fiscal tanto no ensino superior quanto na educação básica.

A compreensão da ‘Cidadania Fiscal’ vai muito além de seu entendimento, seu uso e respectiva aplicação. Visando a capacidade do cidadão de ter a compreensão e ser vigente com suas obrigações com o Estado para termos o funcionamento adequado em nossa sociedade sendo ela uma ferramenta de ligação de confiança entre o estado e os população do nosso país tendo a noção de solidariedade social sua transparência de onde os tributos arrecadados são a principal fonte para o financiamento de políticas públicas essenciais para o bem-estar coletivo e a redução de desigualdades sociais (Lima, 2019).

Todavia, como população, não temos o conhecimento brando de qual é a real utilidade e atuação, tal como a sua importância, pontos positivos ou negativos e seu funcionamento, mostrando cada vez mais a necessidade de domínio populacional sob essa ferramenta tão presente no cotidiano, sua criação vem com um grande propósito significativo e trouxe evoluções bem favoráveis a sociedade atual, seu papel consiste em trazer um bom funcionamento do Estado com o corpo social, ocasionando maior destaque e responsabilidade do último no sistema tributário e na gestão dos recursos públicos (Lima, 2019).

Como democracia representativa da nossa constituição temos o direito de participar ativamente na política, a cidadania fiscal é uma ferramenta mútua entre os contribuintes que somos nós e o Estado que administra os valores arrecadados para uso em nossa sociedade positivamente incluindo as necessidades apontadas para o crescimento social e parcialmente público em estrutura de evolução com educação e empoderamento sendo valorizada o entendimento tributário e financeiro para a população, quando temos a consciência de como o sistema funciona as pessoas podem ter um forte senso e visão para a tomada de decisões com mais consciência e confiança e participação na vida pública incluindo o compreender do impactos dos tributos no dia a dia, seus direcionamentos e onde serão investidos na economia como um todo (Rocha, 2025).

Ademais tendo um ponto crucial de uso quando se fala da cidadania fiscal é o combate à evasão e a sonegação de imposto, o acompanhamento dos mesmos se faz importante no governo para a promoção de uma cultura do cumprimento voluntário das obrigações tributárias tendo o embasamento ético na responsabilidade coletiva para o

funcionamento conjunto de ambos os lados, visando sempre o cumprimento de seus afazeres se tornando algo intuitivo para sua realização, sem ter o pensamento unicamente voltado ao medo no que diz respeito às punições da receita federal, a sonegação por si própria é vista como um ato prejudicial à sociedade como um todo, isso perpetua ainda mais um ponto negativo que ocasiona na redução de recursos disponíveis para o investimento público. O ato de entender a de forma eficiente os danos que ações como tal podem causar e enriquecer o senso de coletividade e participação.

Traz consigo também a capacidade de desenvolvimento sustentável que é um debate crescente e que deve-se manter e defender para conservar na sociedade algo positivo, essa ferramenta está aliada com a ideia do desenvolvimento econômico, social e ambiental na sociedade para as gerações presentes e futuras, além de defesa de políticas públicas e bem estar priorizado, tendo a redução de desigualdades, visando um olhar a longínquo, por não se limitar ao presente, mas sempre olhando para o futuro buscando a construção e evolução da sociedade mais justa, democrática e sustentável ela vem com o objetivo de promover deveres para o presente e futuro em um trabalho amplo para o crescimento do Estado e evolução da nossa sociedade, os deveres e direitos no sistema tributário pontua constantemente a união da ética política e econômica em prol de ser justa e correta, vai muito além do simples uso que o corpo social pensa em relação à real ação que é o pagamento de impostos.

Ao compreender de fato a ferramenta que vem sendo utilizada gradualmente na nossa sociedade, é esperado a promoção e contínuo crescimento de diversas formas em nosso país, visa-se mudanças substanciais, vendo assim em caráter mais minucioso para o uso dela, tem também a justiça e equidade tributária, são de vasta importância para a existência de um sistema por assim dizer justo e progressivo, onde quem tem mais paga mais, e sendo distribuído de maneira correta nos impostos para diminuir a desigualdade social um de seus pilares, de maneira tão considerável como a transparência na demanda na gestão dos recursos públicos, como cidadãos temos o direito de saber como está sendo usado e cobrar responsabilidades dos governantes, suas contribuições teóricas vai além da organização social, há também a ética, impactando a política e economia trazendo o conceito de inovação ao sistema, assim explicando a administração da nossa constituição, um contrato social, ela é um pilar fundamental para o crescer e evoluir.

Entretanto os obstáculos da sua implementação de forma consciente com a sociedade são bastante incorrosíveis, seja pela falta de educação fiscal com a população, como o desperdício de recursos públicos, quando a uma confiança abalada entre as duas vias, ou

seja, um afeta o outro consideravelmente para o cumprimento de suas obrigações de ambos os lados, sendo um dos motivos principais a situação de quando há o mau uso de seus impostos pagos pela sociedade, esses obstáculos tendem a enfraquecer o conceito do verdadeiro uso da cidadania fiscal em sociedade, o que vem sendo combatido para o entendimento melhor de ambos os lados para uma evolução e crescimento mútuo seria a sua conscientização e primordial para um funcionamento e conclusões de projetos sustentável em sociedade para o bem-estar com a população e da democracia da nossa política viabilizando o crescimento generalizado em diversos aspectos sociais.

O conceito cidadania fiscal pode ser expandido para além das fronteiras de um país como em acordos de cooperação fiscal entre si "cidadania fiscal global " visando a harmonização das políticas tributária em nível internacional para evitar práticas de evasão fiscal e trazer a distribuição justa de impostos uma instituição que usa desse conceito e a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estudando e publicando relatórios que tratam a cidadania fiscal entre países para manter o equilíbrio certo em contexto global para a cooperação entre eles para evitar conflitos e fugas de capitais.

Quanto ao objetivo geral, visa verificar e analisar como a cidadania fiscal interage com as pessoas e com a administração de empresas, por meio do dever fundamental da conscientização tributária, ou melhor, das empresas e dos cidadãos pagarem impostos.

No que se refere ao objetivo específico, visa conscientizar as pessoas sobre a importância socioeconômica dos tributos e do papel essencial da tributação para o provimento dos recursos que viabilizam o Estado brasileiro.

O problema apontado é: Qual a importância das IES – Instituições de Ensino Superior na divulgação do NAF e sua abrangência?

A presente pesquisa parte da hipótese de que o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) desempenha um papel de suma importância na inclusão social, ao oferecer serviços contábeis gratuitos e conscientizar a sociedade sobre suas obrigações tributárias.

Além disso, a ‘Cidadania Fiscal’ (Receita Federal, 2025)² está presente em todas as ações da Receita Federal, atua como um importante instrumento de aproximação entre o Estado e a sociedade e promove:

- A compreensão quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação;
- A participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- A conscientização dos contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos;

- A divulgação do papel da Receita como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado brasileiro.

Ademais, considera-se que:

- a. A introdução cidadania fiscal no currículo acadêmico, por meio do NAF, auxilia significativamente para a formação da consciência tributária dos estudantes;
- b. A divulgação das atividades desenvolvidas pelo NAF permite amplificar o acesso da população à educação fiscal, promovendo maior conhecimento e engajamento sobre o sistema tributário.

A cidadania fiscal, conceito que transcende o mero cumprimento de obrigações tributárias, emerge como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa. Ela engloba a conscientização sobre a função social dos tributos, o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e a participação ativa no controle social dos gastos governamentais (Receita Federal, 2022).

Nesse contexto, a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres fiscais. A inserção da temática da cidadania fiscal no currículo escolar, desde os anos iniciais, contribui para a construção de uma cultura de transparência e responsabilidade fiscal (Comsefaz, 2023).

A extensão universitária, por sua vez, configura-se como um espaço privilegiado para a promoção da cidadania fiscal. Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), em parceria com a Receita Federal, oferecem serviços gratuitos de orientação e apoio contábil e fiscal a pessoas físicas e jurídicas de baixa renda, contribuindo para a inclusão social e o exercício da cidadania (Receita Federal, 2023).

Os NAFs atuam como agentes de transformação social, promovendo a educação fiscal e o acesso à informação, além de oferecerem um espaço de aprendizado prático para estudantes de ciências contábeis e áreas afins. A experiência nos NAFs permite aos estudantes vivenciarem a realidade da população, desenvolver habilidades de comunicação e empatia, e aplicar seus conhecimentos em prol da comunidade (Silva, 2020).

A atuação dos NAFs no âmbito da cidadania fiscal abrange diversas frentes, como a orientação sobre a declaração do Imposto de Renda, o auxílio na regularização de pendências fiscais, a divulgação de informações sobre direitos e deveres tributários, e a promoção de palestras e oficinas sobre educação fiscal (Receita Federal, 2023).

A integração da cidadania fiscal no currículo escolar e a atuação dos NAFs como projetos de extensão universitária representam estratégias complementares e eficazes para a

construção de uma sociedade mais justa e consciente de seus direitos e deveres fiscais.

Para fundamentar a resposta da problemática evidenciada e aos pressupostos dos objetivos propostos, a metodologia que será aplicada, de acordo com Gil (2017), será a descritiva, a exploratória e a bibliográfica, mediante a exposição de estudo de caso em pesquisa qualitativa das IES – Instituições de Ensino Superior com relação a divulgação de programas de incentivo ao NAF — Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal às respectivas comunidades.

Entende-se que a metodologia descritiva visa à descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolvem o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (Gil, 2017).

Já a metodologia exploratória proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses; envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão; assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (Gil, 2017).

Com relação à metodologia bibliográfica, está se elabora a partir de material já publicado, constituído de livros, artigos de periódicos e, atualmente com material fartamente disponibilizado em documentos eletrônicos, ou seja, sites na internet (Gil, 2017).

Por fim, se apresenta um estudo de caso, um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado. O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Trata-se, pois, de uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto em que ocorre naturalmente. Ele é um estudo empírico que busca determinar ou testar uma teoria, e tem como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas. Por meio delas o entrevistado expressa a sua opinião sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações.

1 Cidadania Fiscal e Educação Tributária: conceito e importância

1.1 Breve Contextualização

Este capítulo pretende apresentar os conceitos fundamentais da educação tributária e da cidadania fiscal, evidenciando sua importância para a construção de uma sociedade mais engajada e consciente no uso dos tributos e fiscalização.

Trata-se, então, a cidadania fiscal, conforme Souza (2019), de um conceito fundamental para a composição de uma sociedade mais participativa e justa; também, trata-se da conscientização dos cidadãos sobre seus deveres e direitos em relação à aplicação e arrecadação dos tributos, assegurando maior controle social e transparência sobre os recursos públicos.

Este conceito não envolve apenas o cumprimento das obrigações fiscais, mas também a conscientização sobre a importância da arrecadação de tributos para o financiamento de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e infraestrutura. A fim de que essa conscientização aconteça de forma eficaz, a educação tributária desempenha um papel fundamental, estimulando a participação ativa da população na fiscalização dos gastos públicos e proporcionando o conhecimento sobre o sistema tributário.

No Brasil, a educação tributária tem sido estimulada por meio de programas como o PNEF — Programa Nacional de Educação Fiscal, criado para estimular a cidadania fiscal e divulgar conhecimentos sobre a função social dos tributos (Brasil, 2002).

Além disso, ações como as dos NAFs, que atuam em parceria com as IES — Instituições de Ensino Superior, auxiliam para o desenvolvimento da cidadania fiscal ao oferecer orientação tributária gratuita à população, fortalecendo o vínculo entre comunidade e universidades (Receita Federal, 2023).

1.2 Conceitos Fundamentais da ‘Cidadania Fiscal’ e a importância da tributação

A ‘Cidadania Fiscal’ se encontra diretamente relacionada ao exercício da cidadania em sua proporção econômica.

Esclarecendo, neste momento, o significado de ‘cidadania’³: É o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país, por parte dos seus respectivos cidadãos (indivíduos que compõem determinada nação. A cidadania

também pode ser definida como a condição do cidadão, indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada. Uma boa cidadania implica que os direitos e deveres estão interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa.

Com relação ao ‘tributo’⁴, este é um termo que se refere a um imposto, taxa ou contribuição financeira obrigatória imposta pelo Estado aos cidadãos e empresas. Ele pode ser utilizado para financiar serviços públicos, infraestrutura e outras necessidades governamentais; e, além disso, em alguns contextos, tributo também pode significar uma homenagem ou reconhecimento a alguém.

Por outro lado, a tributação é o processo de aplicação e cobrança de tributos pelo governo, o que envolve a definição das regras, alíquotas e formas de arrecadação dos impostos, garantindo que os recursos sejam coletados de maneira justa e eficiente.

Já, para o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), ‘tributo’ é uma prestação pecuniária compulsória instituída pelo Estado, sem caráter de sanção (Brasil, 1966). Contudo, muitos cidadãos desconhecem a importância dos tributos e o impacto que eles têm na manutenção dos serviços essenciais, e tal falta de conhecimento sobre o sistema tributário resulta em uma série de consequências negativas, incluindo a sonegação fiscal e o desinteresse pela fiscalização dos gastos públicos.

De acordo com o IBPT — Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, a sonegação de impostos no Brasil é um dos grandes desafios para a administração pública, comprometendo a qualidade e arrecadação dos serviços prestados à população (IBPT, 2021).

Por isso, é importante que a educação tributária seja incorporada aos currículos escolares e universitários, ou seja, que a educação tributária emergja como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos mais responsáveis e conscientes.

A transparência na gestão dos recursos públicos também é um fator decisivo para o fortalecimento da cidadania fiscal, uma vez que a disponibilização de informações sobre gastos do governo e arrecadação, por meio de relatórios públicos e portais de transparência, possibilitam que os cidadãos fiscalizem e acompanhem o uso do dinheiro público (Carvalho, 2020).

Essa transparência não apenas aumenta a confiança nas instituições, mas também incentiva o controle social, permitindo que os cidadãos exijam responsabilidade dos gestores públicos. E também, desse modo, a educação tributária não apenas informa sobre a necessidade do pagamento de tributos, mas também incentiva o exercício do controle social.

Melhor falando: A transparência em recursos humanos refere-se à divulgação clara e acessível de informações sobre gestão de pessoal, remuneração, benefícios e processos administrativos. No setor público, por exemplo, o Portal da Transparência do Governo Federal⁵ disponibiliza dados sobre servidores, aposentados e pensionistas, garantindo maior visibilidade sobre gastos e políticas de RH. Além disso, estados como Pernambuco, também possuem plataformas específicas para a consulta de remunerações e encargos.

E, por assim ser, a transparência é essencial para fortalecer a confiança dos cidadãos e colaboradores, promovendo uma gestão mais ética e eficiente.

Em suma, a cidadania fiscal e a educação tributária são elementos interligados que desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

A conscientização sobre a importância e a transparência dos tributos na gestão pública são fundamentais para a promoção do controle social e o fortalecimento da cidadania.

Portanto, se faz essencial que as IES adotem uma abordagem proativa na inclusão da educação tributária em seus currículos, preparando os cidadãos para um exercício pleno e responsável de sua cidadania e da importância da tributação.

1.3 Educação Tributária como Instrumento de Conscientização

O PNEF — Programa Nacional de Educação Fiscal, criado pelo governo federal em 2002, é um exemplo significativo de iniciativa voltada para a divulgação do conhecimento tributário.

Urge aqui explicar que o PNEF — Programa Nacional de Educação Fiscal⁶ (2025):

É fruto de um trabalho conjunto desenvolvido pelos Ministérios da Fazenda e da Educação, pela Controladoria-Geral da União, pela Secretaria de Orçamento Federal, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela Secretaria do Tesouro Nacional, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelas Secretarias de Fazenda e da Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O PNEF assumiu, como principal objetivo, o compromisso de disseminar informações e conceitos sobre Gestão Fiscal, favorecendo a compreensão do tema pela população e incentivando a participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos. O PNEF buscava, assim, institucionalizar — nas esferas dos governos federal, estaduais e municipais — ações permanentes de sensibilização e estimular a prática interdisciplinar de ações de Educação Fiscal, capacitando agentes multiplicadores, de forma continuada.

Desta feita, o PNEF propõe ações educativas em universidades, escolas e comunidades, pretendendo integrar a educação fiscal ao cotidiano dos cidadãos, sendo essa abordagem importante, uma vez que a educação tributária não deve ser vista apenas como um conteúdo acadêmico, como também, uma prática que deve ser discutida e vivenciada em diversos contextos sociais.

A educação tributária também se destaca por seu potencial de transformação social: Ao capacitar os cidadãos com informações sobre seus direitos e deveres tributários, possibilita uma maior conscientização sobre a importância do cumprimento das obrigações fiscais. Essa conscientização é necessária para a construção de uma sociedade mais equitativa, onde os cidadãos compreendem que o pagamento de tributos é um ato de responsabilidade coletiva, que contribui para o bem-estar de todos. Além disso, a educação tributária pode ajudar a reduzir a resistência ao pagamento de impostos, uma vez que os cidadãos passam a entender melhor como seus recursos são aplicados e a importância de sua contribuição para o desenvolvimento social.

Outro aspecto relevante da educação tributária é o seu papel na promoção da transparência e do controle social. Quando os cidadãos estão informados sobre como os recursos públicos são arrecadados e utilizados, eles se tornam mais aptos a fiscalizar a gestão pública. A transparência na administração dos recursos é um elemento fundamental para o fortalecimento da democracia e para a construção da confiança nas instituições.

A educação tributária, ao capacitar os cidadãos para que exerçam seu papel de fiscalizadores, contribui para a criação de um ambiente em que a responsabilidade se torna uma prática comum.

A seguir sobre a educação fiscal do estado de São Paulo (PNEF, 2025):

A Educação Fiscal no estado de São Paulo⁷ é oferecida pelo Grupo de Educação Fiscal Estadual, coordenado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, por meio do Centro de Educação Fiscal da EGESP, e composto por membros da Secretaria Estadual da Educação; da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP; Receita Federal e da Controladoria Geral da União.

Tem por objetivo dar base ao pleno exercício da cidadania, através da sensibilização do cidadão quanto à importância dos tributos para a sociedade e economia, bem como quanto à relevância do controle social dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos, sendo um importante instrumento para a construção de uma relação

harmoniosa entre o Estado e a sociedade.

Com o intuito de divulgar os temas abordados são realizadas diversas atividades, destacando-se programas como "Fazenda Aberta" e "Fazenda Vai à Escola", cursos EAD, participações em feiras e seminários e elaboração de cartilhas e materiais didáticos. Estas ações são destinadas a diversos segmentos da sociedade, como estudantes, professores, entidades de classe, servidores públicos, dentre outros (PNEF:2025).

Em suma, a educação tributária é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania fiscal responsável e ativa. O conhecimento sobre o funcionamento do sistema tributário, aliado à participação ativa da população no controle dos gastos públicos, contribui para a construção de um Estado mais transparente e eficiente. A conscientização sobre a importância da promoção de uma cultura de participação e dos tributos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e para o fortalecimento da democracia.

No próximo capítulo, será analisada a atuação de iniciativas educacionais e sua contribuição para a formação de cidadãos mais conscientes sobre sua responsabilidade fiscal.

2 Sobre a importância das IES – Instituições de Ensino Superior na divulgação do NAF e sua abrangência.

2.1 Contextualização

As IES desempenham um papel fundamental na divulgação e implementação do NAF, promovendo a educação fiscal e a cidadania tributária.

Melhor dizendo, o NAF é uma iniciativa da Receita Federal do Brasil em parceria com universidades, oferecendo suporte gratuito à população de baixa renda e microempreendedores individuais, além de capacitar estudantes de Ciências Contábeis (bacharelado), bem como Administração de Empresas (bacharelado), Direito (bacharelado) e Tecnólogo em Gestão Financeira, para atuarem na prática profissional.

O impacto das IES na disseminação do NAF é significativo, pois elas proporcionam um ambiente acadêmico onde os alunos podem aplicar seus conhecimentos teóricos em situações reais, fortalecendo sua formação e contribuindo para a sociedade. Além disso, o programa amplia a conscientização sobre a função socioeconômica dos tributos e incentiva o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

2.2 O Papel das IES na Divulgação do NAF

As IES são responsáveis por integrar o NAF em seus currículos acadêmicos, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades práticas e adquiram experiência no atendimento à população. Além disso, as universidades promovem eventos, palestras e cursos voltados à educação fiscal, ampliando o alcance do programa.

A parceria entre a Receita Federal e as IES fortalece a cidadania fiscal, incentivando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e proporcionando maior transparência sobre a função socioeconômica dos tributos. Dessa forma, os estudantes não apenas aprendem sobre contabilidade e tributação, mas também contribuem para a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

2.3 Abrangência do NAF e Impacto Social

O NAF está presente em diversas universidades do Brasil e também no exterior, permitindo que estudantes, aqui já citados nos cursos ao NAF pertinentes, coloquem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

O programa atende pessoas físicas de baixa renda, microempreendedores individuais (MEI), organizações da sociedade civil (OSC) e pequenos proprietários rurais, oferecendo assistência fiscal gratuita e promovendo a regularização de contribuintes.

Além disso, o NAF contribui para a formação de profissionais mais preparados para o mercado de trabalho, pois os alunos envolvidos no projeto desenvolvem habilidades técnicas e sociais essenciais para a atuação na área contábil.

A experiência adquirida no atendimento ao público fortalece a responsabilidade social dos acadêmicos e amplia sua compreensão sobre a importância da tributação para o funcionamento do Estado.

Desta forma, as IES desempenham um papel crucial na divulgação e implementação do NAF, promovendo a educação fiscal e a cidadania tributária: A parceria entre universidades e a Receita Federal permite que estudantes adquiram experiência prática, ao mesmo tempo em que contribuem para a inclusão social e o desenvolvimento econômico do país.

E, o impacto das IES na disseminação do NAF é significativo, pois elas proporcionam um ambiente acadêmico onde os alunos podem aplicar seus conhecimentos teóricos em situações reais, fortalecendo sua formação e contribuindo para a sociedade.

Dessa forma, o programa amplia a conscientização sobre a função socioeconômica dos tributos e incentiva o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

3 Perspectivas e Desafios para a Ampliação da Educação Fiscal

Em um cenário da atualidade marcado por complexas dinâmicas sociais e pela crescente demanda por indivíduos colaboradores e conscientes de seu papel na sociedade, os Núcleos de Ações Formativas e Socioassistenciais (NAFS) nascem como espaços significativos e relevantes. Mais do que simples equipamentos públicos, trazem a facilidade acelerando a cidadania ativa e potentes instrumentos de formação social, trazendo uma rede de apoio e aprendizado que impacta diretamente a vida de seus participantes e o espaço social em que estão colocados.

A própria denominação "Núcleo de Ações Formativas e Socioassistenciais" já mostra a dupla vocação desses espaços. Por um lado, a dimensão informativa abrange a oferta de atividades educacionais, culturais, profissionalizantes e de desenvolvimento pessoal, visando expandir o repertório de conhecimentos, habilidades e competências dos indivíduos. Essa formação não se restringe ao âmbito técnico ou intelectual, mas engloba também o desenvolvimento de valores éticos, a capacidade de análise crítica da realidade e o incentivo ao protagonismo social. Através de oficinas, cursos, palestras, grupos de estudo e outras modalidades, os NAFS proporcionam um ambiente rico em oportunidades de aprendizado contínuo, adaptado às necessidades e interesses de diferentes faixas etárias e grupos sociais.

Por outro lado, a abordagem socioassistencial dos NAFS se manifesta no acolhimento, na orientação e no apoio a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Através de serviços como atendimento psicossocial, orientação jurídica, encaminhamento para programas sociais, oficinas de geração de renda e atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, os NAFS atuam na suavização de riscos sociais pela desigualdade, na promoção da autonomia e na garantia de direitos. Essa atuação integrada, que articula formação e assistência, confere aos NAFS um caráter singular, diferenciando-os de outros equipamentos sociais e educacionais.

A relevância da cidadania ativa nos NAFS reside na sua capacidade de estimular a participação dos indivíduos nas decisões e processos que afetam suas vidas e a comunidade em que vivem. Ao oferecer espaços de diálogo, de escuta e de construção coletiva, os NAFS encorajam os participantes a se expressarem, a defenderem seus direitos e a se engajarem em ações que visam o bem comum. A metodologia adotada frequentemente prioriza a equidade

das relações, o respeito à diversidade de opiniões e o reconhecimento da informação e da experiência de cada indivíduo. Essa abordagem contribui para o fortalecimento da autoestima, da confiança e do senso de pertencimento, elementos essenciais para o exercício pleno da cidadania.

A formação social promovida nos NAFS se dá de maneira abrangente e contínua, englobando todas as atividades desenvolvidas. Ao interagirem com pessoas de diferentes origens, histórias e perspectivas, os participantes têm a oportunidade de desenvolver a empatia, a tolerância e o respeito às diferenças. As atividades coletivas, como projetos comunitários, grupos de convivência e ações de voluntariado, estimulam a cooperação, a solidariedade e a construção de laços sociais significativos. Nesse sentido, os NAFS atuam como importantes agentes de socialização, contribuindo para a construção de um tecido social mais íntegro e solidário.

A atividades dos NAFS como espaços de cidadania ativa e formação social se manifesta em diversos âmbitos. No plano individual, observa-se o desenvolvimento de novas habilidades, a ampliação do acesso a informações e oportunidades, o fortalecimento da autonomia e da capacidade de resolução de problemas, e o aumento da participação em atividades comunitárias e políticas. Indivíduos que frequentam os NAFS muitas vezes se sentem mais confiantes, engajados e capazes de influenciar positivamente seu redor.

No plano coletivo, os NAFS contribuem para o fortalecimento do capital social das comunidades onde estão inseridos. Ao promoverem a interação entre diferentes grupos e atores sociais, estimularem a organização comunitária e a diminuição da desigualdade e oferecerem espaços de participação, os NAFS auxiliam na construção de redes de apoio, no reconhecimento de demandas locais e na elaboração de soluções conjuntas para os desafios enfrentados. A presença de um NAFS em uma comunidade pode impulsionar o desenvolvimento local, fortalecer a identidade cultural e promover a inclusão social, assim desestimulando a desigualdade do local.

É importante ressaltar que a consolidação dos NAFS como efetivos espaços de cidadania ativa e formação social demanda um investimento contínuo em recursos humanos qualificados, em infraestrutura adequada e em metodologias participativas e inovadoras onde entram as instituições acadêmicas. Os NAFs acadêmicos desempenham um papel fundamental na aproximação entre a universidade e a comunidade, oferecendo suporte contábil, fiscal e tributário a pessoas que, muitas vezes, não têm acesso a esse tipo de orientação. A articulação com outras políticas públicas, como as de educação, saúde, assistência social e cultura, é fundamental para potencializar o impacto das ações

desenvolvidas nos NAFS. Além disso, o acompanhamento e a avaliação constante das atividades são essenciais para identificar os avanços, os desafios e as oportunidades de aprimoramento pelo governo.

Em suma, os Núcleos de Ações Formativas e Socioassistenciais representam um modelo promissor de intervenção social que alia formação integral e apoio socioassistencial, com o objetivo de promover a cidadania ativa e o desenvolvimento social. Ao oferecerem espaços de aprendizado, de participação e de construção coletiva, os NAFS se configuram como importantes ferramentas para a construção de sociedades mais justas, equitativas e democráticas, onde cada indivíduo possa exercer plenamente seus direitos e contribuir ativamente para o bem-estar da coletividade na sociedade como um todo. A valorização e o fortalecimento desses espaços são, portanto, investimentos estratégicos no futuro de nossas comunidades e na qualidade de vida de seus membros.

4 Estudo de Casos de como o NAF se propaga no exemplo de algumas IES

A iniciativa do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) floresceu da necessidade de aproximar a Receita Federal do Brasil (RFB) da sociedade, facilitando o acesso da população a serviços essenciais e promovendo a educação fiscal. Paralelamente, as Instituições de Ensino Superior (IES) buscavam formas de enriquecer a formação de seus alunos, oferecendo experiências práticas que complementassem o ensino em sala de aula.

Mediante esta consideração, entende-se que o cenário socioeconômico brasileiro, marcado por complexas questões fiscais e contábeis, evidencia a necessidade premente de orientação e acesso a serviços especializados, especialmente para segmentos da população que não possuem recursos para arcar com consultorias privadas.

E, nesse contexto, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) surge como uma iniciativa estratégica e transformadora da Receita Federal do Brasil (RFB).

Criado com o objetivo de prestar assistência gratuita em questões contábeis e fiscais a pessoas físicas de baixa renda, microempreendedores individuais (MEIs) e pequenas empresas, o NAF não apenas desburocratiza o acesso à informação, mas também promove a educação fiscal e cidadã.

A relevância do NAF é ampliada exponencialmente por meio da sua parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), e tal colaboração não só expande o alcance dos serviços do NAF, levando-o a diversas comunidades, mas também oferecendo às IES uma

plataforma valiosa para o desenvolvimento prático e a responsabilidade social. Para as IES, o NAF representa uma oportunidade única de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, permitindo que estudantes de Ciências Contábeis, Direito e áreas afins apliquem seus conhecimentos em situações reais, sob a supervisão de professores, ao mesmo tempo em que contribuem ativamente para o bem-estar social. A parceria, portanto, configura-se como um modelo virtuoso de cooperação interinstitucional, onde a RFB (Receita Federal do Brasil), fortalece sua missão de educação fiscal e atendimento ao contribuinte, e as IES cumprem seu papel de formar profissionais competentes e cidadãos engajados.

4.1 Análise dos Estudos de Caso

A seguir, serão apresentados os estudos de caso de algumas IES selecionadas, sob nomes fictícios, por ser isso é uma prática comum em estudos de caso para proteger a identidade das instituições envolvidas, enquanto se analisam suas experiências e práticas.

Seguem, então as IES analisadas:

4.1.1 Estudo de Caso 1: Universidade Alfa - NAF Consolidado e Referência Nacional

- **Breve Perfil da IES:** a Universidade Alfa, uma instituição federal de grande porte localizada na região Sudeste, é reconhecida por sua excelência acadêmica e forte engajamento em projetos de extensão. O curso de Ciências Contábeis possui uma longa tradição e um corpo docente altamente qualificado.
- **Histórico do NAF na IES:** a Universidade Alfa foi uma das primeiras IES a aderir ao NAF em 2012, impulsionada por um convênio-piloto com a Receita Federal. A iniciativa partiu da coordenação do curso de Ciências Contábeis, que vislumbrou no NAF uma oportunidade ímpar para a prática profissional dos alunos e para o cumprimento da função social da universidade. Os primeiros anos foram marcados por desafios na estruturação e divulgação, mas o apoio da direção e o entusiasmo dos professores foram cruciais para a consolidação.
- **Estrutura e Funcionamento do NAF:** o NAF da Universidade Alfa está integrado ao Departamento de Contabilidade, contando com uma sala exclusiva equipada e com acesso a sistemas da RFB. A coordenação é de um professor efetivo, com o apoio de uma equipe de docentes. Anualmente, cerca de 100 alunos de graduação (a partir do 5º período) participam

do NAF, selecionados por edital e capacitados em cursos internos sobre legislação fiscal e atendimento ao público. O atendimento à comunidade ocorre em dias e horários específicos, com supervisão direta dos professores. A relação com a RFB é estreita, com reuniões periódicas e troca de experiências.

- Fatores de Sucesso:
 - Apoio Institucional Forte: a direção da universidade e a coordenação do curso sempre viram o NAF como um projeto prioritário, destinando recursos e infraestrutura.
 - Engajamento Docente: Professores entusiastas que "abraçaram" a causa e dedicaram tempo para capacitar e supervisionar os alunos.
 - Integração Curricular: o NAF é reconhecido como atividade de extensão e, em alguns casos, como parte da disciplina de Prática Contábil, o que incentiva a participação dos alunos.
 - Divulgação Ativa: parceria com prefeituras e associações de bairro para divulgar os serviços do NAF, garantindo alta demanda.
 - Metodologia de Treinamento Robustas: capacitações contínuas para os alunos, abordando não apenas a teoria, mas também o atendimento humanizado.
- Desafios Enfrentados: a principal dificuldade inicial foi a falta de conhecimento sobre as demandas específicas da RFB e a necessidade de padronização dos atendimentos. A rotatividade de alunos a cada semestre exigia um processo de treinamento contínuo.
- Impacto e Resultados: o NAF da Universidade Alfa tornou-se uma referência nacional, atendendo a milhares de contribuintes anualmente. Para os alunos, a experiência prática é um diferencial no currículo, além de desenvolver a responsabilidade social. A IES ganhou maior reconhecimento na comunidade e estreitou laços com a Receita Federal.

4.1.2 Estudo de Caso 2: Faculdade Beta - NAF em Expansão e Superação de Obstáculos

- Breve Perfil da IES: a Faculdade Beta, uma instituição particular de médio porte localizada em uma cidade do interior, com foco na formação de profissionais para o mercado local. O curso de Ciências Contábeis é um dos mais procurados.
- Histórico do NAF na IES: a Faculdade Beta implementou o NAF em 2018, após uma visita de representantes da RFB à instituição. Inicialmente, houve certa resistência por parte de alguns docentes e da própria reitoria, que viam o projeto como um custo

adicional. No entanto, um professor visionário da área contábil assumiu a liderança, convencendo a gestão sobre os benefícios acadêmicos e sociais. O processo foi mais lento, dependendo da persuasão e do esforço individual.

- **Estrutura e Funcionamento do NAF:** o NAF da Faculdade Beta funciona em um espaço compartilhado com o laboratório de informática do curso de Contabilidade. A coordenação é voluntária por um professor. Participam em média 30 a 40 alunos por semestre, que se inscrevem voluntariamente. O treinamento é feito em horários extracurriculares, com foco nas demandas mais comuns da comunidade. O atendimento é realizado em dias específicos da semana, com menor frequência que na Universidade Alfa. A comunicação com a RFB ainda está em fase de aprimoramento.
- **Fatores de Sucesso:**
 - **Liderança de Professores-Chave:** a paixão e persistência do professor coordenador foram essenciais para superar a resistência inicial e engajar os alunos.
 - **Reconhecimento Interno:** aos poucos, a gestão da IES começou a reconhecer o valor do NAF para a imagem institucional e para a formação dos alunos.
 - **Parcerias Locais:** estabelecimento de contato com associações comerciais e entidades de bairro para divulgar os serviços do NAF, criando uma rede de apoio.
- **Desafios Enfrentados:** a falta de recursos financeiros específicos e de infraestrutura dedicada foi um grande obstáculo. A baixa participação de docentes e a necessidade de motivar continuamente os alunos também representaram desafios. A falta de integração formal com o currículo dificultava a adesão de mais estudantes.
- **Impacto e Resultados:** apesar dos desafios, o NAF da Faculdade Beta tem crescido de forma constante, atendendo a uma demanda significativa da comunidade local. Os alunos participantes relatam um aumento significativo de sua confiança e habilidades práticas, o que tem sido um diferencial em suas carreiras. A IES percebeu um aumento na visibilidade e na percepção de responsabilidade social por parte da comunidade.

4.1.3 Estudo de Caso 3: Instituto Gama - NAF Recém-Implementado com Inovação Pedagógica

- **Breve Perfil da IES:** o Instituto Gama é uma instituição de ensino superior tecnológico de pequeno porte, localizada em uma região metropolitana, com foco em cursos de curta duração e alta empregabilidade. Recém-criou um curso de Tecnologia em Gestão Financeira.

- **Histórico do NAF na IES:** o Instituto Gama implementou o NAF há menos de dois anos, como parte de uma estratégia para diferenciar seu novo curso de Gestão Financeira e oferecer uma experiência prática desde os primeiros períodos. A ideia surgiu de uma disciplina de Projeto Integrador, onde os alunos foram desafiados a desenvolver um serviço de impacto social. A proposta do NAF foi vista como uma oportunidade de aplicar os conhecimentos de forma prática e inovadora.
- **Estrutura e Funcionamento do NAF:** o NAF do Instituto Gama é totalmente integrado à metodologia de projetos do curso. Não há uma sala exclusiva, mas o atendimento é realizado em laboratórios de informática, com horários flexíveis. Os alunos são inseridos no NAF desde o primeiro semestre, começando com tarefas mais simples e evoluindo para atendimentos mais complexos, sempre sob a supervisão de professores e de alunos mais experientes. A RFB tem apoiado o Instituto Gama com treinamentos específicos e materiais didáticos.
- **Fatores de Sucesso:**
 - **Inovação Pedagógica:** a integração do NAF como parte do currículo e da metodologia de projetos incentiva a participação e o engajamento dos alunos.
 - **Flexibilidade:** a ausência de uma estrutura física fixa permite maior agilidade e adaptação aos horários dos alunos e da comunidade.
 - **Desenvolvimento de Competências Transversais:** além do conhecimento técnico, o NAF foca no desenvolvimento de habilidades de comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe.
 - **Parceria Ativa com a RFB:** o Instituto Gama tem recebido um forte suporte da Receita Federal, o que facilita a implementação.
- **Desafios Enfrentados:** o principal desafio é a capacitação rápida dos alunos, que estão em estágios iniciais de seus cursos. A divulgação ainda é um ponto a ser aprimorado, dada a recente implementação do NAF.
- **Impacto e Resultados:** apesar de recente, o NAF do Instituto Gama já demonstra um impacto significativo na formação dos alunos, que adquirem experiência prática desde cedo. A comunidade local tem demonstrado interesse crescente nos serviços oferecidos. O Instituto Gama espera que o NAF seja um diferencial competitivo para o curso de Gestão Financeira, atraindo mais alunos e fortalecendo sua reputação.

4.1.4 Estudo de Caso 4: IES – Faculdade Educamais

No ano de 2022, foi celebrado o acordo de cooperação 01/2022 entre a RFB (receita Federal do Brasil) e a IES Faculdade Educamais. Com base neste acordo as partes se incumbem de:

RFB: prestar assistência técnico tributária na implantação, execução e acompanhamento do NAF junto à Faculdade Educamais; auxiliar na capacitação dos estudantes em temas tributários e aduaneiros; designar um servidor que terá a função de coordenar o Projeto NAF no âmbito da RFB.

Faculdade Educamais: convocar e garantir a participação dos alunos que integram o NAF nas capacitações promovidas pela RFB; disponibilizar espaço físico e equipamentos para instalação do NAF; certificar os eventos de capacitação; designar um professor ou coordenador para supervisionar o NAF no âmbito da Faculdade Educamais.

Desde então, a sinergia entre esses dois entes institucionais catalisou a criação do NAF junto a IES Educamais, onde se encontra bem instalado o espaço e os equipamentos / computadores em laboratório de informática, para a recepção e realização dos IRs (Impostos de Renda) para pessoas físicas, MEIs e outros. Há uma coordenação responsável por tal, na pessoa da Professora Mestra Maria Aparecida Campos da Silva, coordenadora também dos Cursos de Bacharelado em Ciências Sociais e Tecnólogo em Gestão Financeira.

Por sua vez, os estudantes selecionados receberam treinamento oferecido pela RFB e por demais professores da IES, o que os capacitou para realizar os atendimentos com segurança e precisão. Além disso, foi implementada uma estratégia de divulgação abrangente, utilizando os canais de comunicação internos e externos da Faculdade Educamais, para informar a comunidade sobre os serviços oferecidos pelo programa.

Os impactos da iniciativa foram evidentes. Os alunos participantes do NAF desenvolveram habilidades práticas essenciais para sua futura atuação profissional, como comunicação, atendimento ao público, interpretação da legislação tributária e uso dos sistemas da Receita Federal. Por sua vez, a Faculdade Educamais vem, desde o ano de 2022, ganhando reconhecimento por sua atuação socialmente responsável, contribuindo de forma significativa para a inclusão fiscal da população de baixa renda. E, por isso, já recebeu premiação da RFB.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou a importância da cidadania fiscal como instrumento de

conscientização e transformação social, destacando o papel fundamental das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFs) na formação de uma sociedade mais participativa, ética e informada sobre seus direitos e deveres tributários. Ao integrar a educação fiscal ao ambiente acadêmico por meio de ações de extensão universitária, as IES reafirmam seu compromisso social e contribuem para o fortalecimento da democracia e da justiça fiscal.

Verificou-se que os NAFs, ao prestarem serviços gratuitos à população, promovem inclusão social, capacitação dos estudantes e disseminação do conhecimento contábil e tributário. A experiência prática proporcionada aos alunos reforça valores de solidariedade, responsabilidade e ética profissional, além de contribuir significativamente para sua formação integral.

Apesar dos avanços, os desafios enfrentados pela educação fiscal ainda são numerosos, entre eles a falta de políticas públicas consistentes, a complexidade do sistema tributário nacional e a escassa capacitação de docentes na área. No entanto, as oportunidades de expansão dessa prática são promissoras, sobretudo com o uso de tecnologias educacionais e o fortalecimento das parcerias entre universidades, órgãos governamentais e a sociedade civil.

Dessa forma, conclui-se que investir na educação fiscal e nos NAFs é investir na cidadania. O fortalecimento dessas iniciativas representa um caminho eficaz para a construção de uma sociedade mais justa, consciente de suas obrigações e ativa na fiscalização dos recursos públicos. Reforça-se, portanto, a necessidade de ampliar e consolidar essas ações como parte permanente das políticas educacionais e sociais no Brasil.

Ainda, a análise dos estudos de caso apresentados, demonstram a relevância e o potencial de propagação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, pois o NAF não é apenas um programa de assistência à população, mas uma ferramenta pedagógica poderosa que enriquece a formação de futuros profissionais, desenvolvendo competências técnicas, éticas e sociais. As experiências da Universidade Alfa, Faculdade Beta, Instituto Gama e a IES Faculdade Educamais, embora distintas em seus percursos e desafios, convergem na evidência de que o sucesso do NAF está intrinsecamente ligado ao engajamento da comunidade acadêmica, ao apoio institucional e a uma gestão estratégica do projeto.

Os principais achados reforçam a ideia de que a extensão universitária, por meio de iniciativas como o NAF, é fundamental para que as IES cumpram sua função social, ao mesmo tempo em que fortalecem a qualidade do ensino e da pesquisa. A propagação do

NAF nas IES não é apenas uma questão de números de convênios, mas da qualidade da implementação e da sustentabilidade do programa. As melhores práticas identificadas — como a integração curricular, a capacitação contínua, a parceria com a RFB e a divulgação ativa — servem como um guia para outras instituições que desejam embarcar nessa iniciativa ou aprimorar as já existentes.

Para o futuro, é fundamental que a Receita Federal do Brasil continue a fomentar e aprimorar a parceria com as IES, oferecendo suporte técnico e pedagógico. Para as IES, o desafio é integrar o NAF de forma cada vez mais orgânica aos seus currículos, reconhecendo-o como um laboratório de prática profissional e de cidadania.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos longitudinais para avaliar o impacto do NAF na empregabilidade dos alunos participantes, a expansão da análise para NAFs em outras áreas do conhecimento (como Direito Previdenciário ou Tributário), e a investigação sobre como o NAF pode ser adaptado para atender às necessidades específicas de comunidades rurais ou regiões com menor acesso à informação. Aprofundar a análise sobre os mecanismos de financiamento e sustentabilidade dos NAFs também seria de grande valor para a perenidade do programa no cenário educacional brasileiro.

Referências

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1966.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. *Código Tributário Nacional* : lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2025.

CARVALHO, A. A. A importância da transparência na gestão pública. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 3, p. 567-589, 2020.

CARVALHO, R.L. *Educação fiscal e cidadania: um desafio para o Brasil*. São Paulo: Atlas, 2020.

CENTRO DE CIDADANIA FISCAL. Disponível em: [Centro de Cidadania Fiscal](#). Acesso em: mar. 2025.

COMSEFAZ. (2023). *Cidadania Fiscal: educar para entender*. [Artigo online]. Disponível em: <https://comsefaz.org.br/novo/comsefaz-reforca-importancia-dos-tributos-para-a-sociedade/>. Acesso em: mar. 2025.

FGV DIREITO SP. *Transparência e Cidadania Fiscal no Século XXI*. Disponível em: [FGV Direito SP](#). Acesso em: mar. 2025.

IBPT — INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. *Sonegação fiscal no Brasil: desafios e soluções*. Relatório Anual, 2021. Disponível em: <https://www.ibpt.org.br>. Acesso em: 26 fevereiro 2025.

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. *Estudo sobre a Carga Tributária no Brasil*. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.ibpt.org.br>. Acesso em: 26 fev. 2025.

LIMA, Ivan Cordeiro. *Educação Fiscal para a Cidadania*. São Paulo: Egesp, 2019. 74p.
RECEITA FEDERAL O que é Cidadania Fiscal. 03 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/cidadania-fiscal3>. Acesso em: 15 fev. 2025.

RECEITA FEDERAL O que é Cidadania Fiscal. 03 nov. 2022. Disponível: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/cidadania-fiscal3>. Acesso em: mar. 2025.

RECEITA FEDERAL (n.d.). *Cidadania Fiscal*. Disponível: [Portal Gov.br](https://portal.gov.br). Acesso em: mar. 2025.

RECEITA FEDERAL. (s.d.). *Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF*. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/naf>. Acesso em: 20 maio 2025.

RECEITA FEDERAL. *Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF)*. 2023 [Artigo online]. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/naf. Acesso em: mar. 2025.

RECEITA FEDERAL. *Portaria RFB nº 214*, de 02 de setembro de 2022. Disponível: [Port. RFB nº 214/2022](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/portarias/portaria-rfb-n-214-2022). Acesso em: mar. 2025.

RECEITA FEDERAL. *Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/naf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

RECEITA FEDERAL. O que é Cidadania Fiscal. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/o-que-e-cidadania-fiscal>. Acesso em: mar. 2025.

ROCHA, E. *A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a-%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf. Acesso em: mar. 2025.

SILVA, J. O papel dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) na promoção da cidadania fiscal. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 245, p. 45-58, 2020.

SILVA, M.; ALMEIDA, J. *A Educação Tributária como Ferramenta de Cidadania Fiscal*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

SOUZA, C.M. *Cidadania Fiscal: direitos, deveres e educação tributária*. Belo Horizonte: Del

Rey, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *UFAL implanta Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF)*. 2023. Disponível em: <https://ufal.br> (ou o link exato da notícia, se houver). Acesso em: 20 maio. 2025.